

ATA NÚMERO 68/XIII/ 2.ª SL

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, pelas 17:15 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala Um do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Final do Plenário

1. Deliberações no âmbito da apreciação do Orçamento de Estado para 2017.
2. Apreciação da proposta de calendário de audições ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
3. Audição da CReSAP - Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública -, a requerimento do GP PSD, para apresentação da sua atividade anual.
4. Outros assuntos.

1. Deliberações no âmbito da apreciação do Orçamento de Estado para 2017.

A primeira deliberação da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) no âmbito da apreciação do Orçamento de Estado para 2017 correspondeu à determinação da data e hora da abertura e de encerramento da aplicação informática usada para efeitos da apreciação da Proposta de Lei, e que corresponde ao período de apresentação de propostas de alteração à proposta de lei. Por unanimidade, decidiu-se que a abertura da aplicação informática em apreço ocorreria no dia sete de novembro às 10h:00 e que o respetivo encerramento se verificaria no dia dezoito de novembro às 21h:00.

A segunda deliberação da COFMA correspondeu à definição do prazo para o envio dos requerimentos de avocação. Por unanimidade, decidiu-se que o envio dos requerimentos de avocação teria lugar até 30 minutos após a conclusão dos trabalhos de cada dia de votações, na especialidade, da COFMA.

A terceira deliberação da COFMA deu-se no âmbito da grelha de tempos a usar no quadro da apreciação do Orçamento de Estado de 2017. Por unanimidade, foi aprovada a utilização da grelha de tempos habitualmente usada nos anos anteriores, a qual é remetida a todos os Grupos Parlamentares após a reunião (e que consta como anexo à presente ata).

No que respeita à concessão de audiências, ficou estabelecido que estas são marcadas conforme a disponibilidade de calendário, de forma a não haver sobreposição entre audições e audiências, pelo(s) Vice-Presidente(s) da COFMA que ficará(ão) com a incumbência das mesmas.

Aludindo ao processo orçamental de 2016, a Senhora Presidente da COFMA sensibilizou os membros da COFMA para a importância de ser assegurada a coordenação da substituição de propostas de alteração, de modo a garantir que os Grupos Parlamentares tomem conhecimento das substituições em apreço atempadamente, com alguma antecedência face ao momento da votação.

2. Apreciação da proposta de calendário de audições ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

A Senhora Presidente da COFMA informou os membros da COFMA de que a Comissão recebera a proposta de calendário para as Audições Regimentais enviada pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. A Senhora Presidente salientou que o calendário previa audições regimentais da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, em sede da COFMA e da Comissão dos Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias (CACDLG), nas mesmas semanas, pelo que teria que haver uma coordenação das datas dentro de cada semana.

A proposta de calendário para as audições, em sede da COFMA, foi aprovada pelos membros da Comissão.

3. Audição da CReSAP - Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública -, a requerimento do GP PSD, para apresentação da sua atividade anual.

Antes de se iniciar a audição, a Senhora Presidente referiu que foram facultadas três datas para a audição do Professor João Bilhim, tendo o mesmo escolhido a presenta data. A Senhora Presidente notou que o Professor João Bilhim referiu não ter sido convidado a continuar em funções e referiu que o Governo tem 15 dias para nomear um substituto. Sendo esta audição para apresentação das atividades da CReSAP, foi convidado o Professor João Bilhim, que escolheu uma data em que as suas funções já teriam cessado legalmente.

O Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) notou que a CReSAP tem uma Presidente em exercício e o requerimento, dando entrada na CReSAP, devia aí ter sido ponderado no que toca a quem compareceria na mesma. Declarou que o Governo não convidou o Professor João Bilhim a sair, limitando-se a cumprir a lei. A situação de exceção não era recomendável, afirmou. A sua audição, todavia, afirmou, é relevante, para avaliação das atividades da CReSAP.

A Senhora Presidente recordou que apenas no dia de hoje não era já o Professor João Bilhim o Presidente da CReSAP.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) lembrou que o Governo poderia ter prolongado o exercício das funções do Professor João Bilhim.

A Senhora Presidente considerou que a instituição da CReSAP foi positiva para criar um contexto de rigor e transparência na designação de individualidades para cargos políticos e gerar confiança na opinião pública nesta matéria e reiterou que é muito relevante ouvir a personalidade que esteve à frente da CReSAP até ao dia de ontem.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) notou que a audição já deveria ter ocorrido em momento anterior e perguntou à Senhora Presidente se é expectável uma intervenção inicial. A Senhora Presidente respondeu que não tem informação sobre a realização ou não de uma intervenção inicial. Se o Professor João Bilhim e a Comissão entenderem que exista essa intervenção, a mesma efetuar-se-á. Não está prevista no Regulamento, mas desde que haja esse entendimento assim será feito.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) entendeu que, prevendo-se uma avaliação da atividade da CReSAP, deve ser permitida ao Senhor professor João Bilhim realizar essa intervenção. A Senhora

Presidente reiterou que é necessário verificar se o Professor João Bilhim vem preparado para fazer essa intervenção e se a Comissão o autoriza. Não houve oposição de nenhum GP à realização de uma intervenção inicial.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Senhor Professor João Bilhim, enquadrando a audição no requerimento do PSD para apresentação das atividades da CReSAP - Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública -, após o que deu a palavra ao Professor Joao Bilhim, para uma alocução inicial.

Na primeira ronda de perguntas, intervieram os Senhores Deputados Maria das Mercês Borges (PSD), Ascenso Simões (PS), Jorge Machado (PCP), Joana Mortágua (BE) e Álvaro Castelo Branco (CDS-PP), tendo o Senhor Professor João Bilhim respondido individualmente às questões colocadas. Intervieram ainda o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), no âmbito de uma interpelação à Mesa, o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS), no âmbito da defesa da sua honra, invocada nos termos regimentais, e a Senhora Presidente da COFMA, para esclarecimentos sobre a condução dos trabalhos.

No decurso da primeira ronda de perguntas, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) assumiu a Presidência da COFMA em substituição da Senhora Presidente, tendo a Senhora Presidente retomado a Presidência da COFMA antes do início da segunda ronda de perguntas.

Na segunda ronda de perguntas, intervieram os Senhores Deputados Maria das Mercês Borges (PSD) e Isabel Santos (PS), intervindo ainda a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) numa intervenção de dois minutos, tendo o Senhor Professor João Bilhim dado uma resposta conjunta às questões que lhe foram colocadas.

Na terceira ronda de perguntas, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Inês Domingos (PSD) e Ascenso Simões (PS). O Senhor Professor João Bilhim efetuou a sua intervenção final, após o que a Senhora Presidente da COFMA agradeceu a sua disponibilidade para ser ouvido na COFMA e pelo serviço público prestado ao país.

A audição foi gravada e encontra-se disponível na [página da audição na internet](#).

4. Outros assuntos.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da COFMA encerrou a reunião, às 20:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 13 de outubro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Álvaro Castelo Branco
Cristóvão Norte
Joana Mortágua
Jorge Machado
Jorge Paulo Oliveira
Júlia Rodrigues
Maria das Mercês Borges
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Ivan Gonçalves
Mariana Mortágua

Anexo

Proposta de Lei 37/XIII/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2017

GRELHAS DE TEMPOS PARA AS AUDIÇÕES

(Ordem das intervenções – PSD; PS; BE; CDS-PP; PCP; PEV; PAN)

I) **Membros do Governo**

Exposição Inicial: Até 15 minutos

Primeira Ronda de perguntas:

- 8 minutos por Grupo Parlamentar e DURP
- 8 minutos de resposta individualizada

Segunda Ronda de perguntas:

- 5 minutos por Grupo Parlamentar e DURP
- Acresce a possibilidade de 2 minutos por Deputado(a)
- Resposta conjunta (tempo igual à soma da totalidade das perguntas)

Terceira Ronda de perguntas:

- 3 minutos por Grupo Parlamentar e DURP
- 10 minutos para resposta final

II) **ANMP e ANAFRE**

Exposição Inicial: Até 10 minutos

Primeira Ronda de perguntas:

- 8 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta individualizada

Segunda Ronda de perguntas:

- 3 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta conjunta de 10 minutos



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

III) CFP e CES

Exposição Inicial: Até 15 minutos

Primeira Ronda de perguntas:

- 8 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta individualizada

Segunda Ronda de perguntas:

- 3 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta conjunta de 10 minutos

➤ Prazo para envio de requerimentos de avocação (via aplicação informática):

Até 30 minutos após a conclusão dos trabalhos da Comissão em cada dia de votações